

CONSTITUINTE

# Sant'Anna começa novo esforço de negociação com os relatores

por Cecília Pires de Brasília

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, ficou pessimista com a possibilidade de um entendimento dentro do PMDB nesta fase da Constituinte, depois que leu o relatório da Comissão dos Poderes e Sistema de Governo, no qual o mandato para o presidente é de quatro anos e o sistema de governo é parlamentarista. "O relator, deputado Egydio Ferreira Lima, expressou apenas a visão dele", disse Sant'Anna, ontem, condenando o relatório.

Por isso, a partir de hoje, Sant'Anna pretende prevenir surpresas. Ele empreende, juntamente com seu grupo, o chamado "centro democrático", o que denominou de "tentativa dramática", ao longo do dia, para conseguir um entendimento junto aos relatores, para que as posições do grupo prevaleçam. Sant'Anna começou a reunir-se com os coordenadores de bancada, ligados ao "centro democrático", a partir de ontem à noite, para traçar estratégias. Elas consistem em prever emendas que podem permitir acordos, com outros grupos e também emendas com as quais o grupo poderá enfrentar posições de grupos divergentes, num confronto aberto, em plenário, durante a votação.

Segundo Sant'Anna, os pontos aprovados nos relatórios das subcomissões,

pelo que esperava, seriam preservados nesta fase e os reprovados não voltariam aos relatórios das comissões temáticas. Este acordo implícito, na explicação do líder do governo, foi quebrado em vários itens, no relatório de Ferreira Lima. "O relatório que recebi foi muito diferente da conversa que ouvi do relator, à tarde, pelo preâmbulo, escrito de forma muito acre e pela referência discriminatória ao presidente Sarney", disse Sant'Anna, que levou este relato ontem ao presidente.

De acordo com o líder do governo, o próprio líder do PMDB, senador Mário Covas, teria dito ontem que não sabia do teor do relatório. "Não tenho o menor conhecimento do relatório. Estou tão sem informações quanto você", teria dito Covas, na versão de Sant'Anna. O líder do governo queixou-se ainda de alguns problemas na Comissão de Ordem Social, dos Servidores e das Minorias e da Saúde.

"Fazer uma Constituição não é colocar na Carta o que a maioria conseguir aprovar, derrotando a minoria, sem expressar o pensamento desta, mesmo que ela represente 40% do partido. A nova Carta tem que ser uma resultante de todas as correntes", disse o deputado. "Neste clima que vem aí, quem ganha faz a Carta e quem perde não se expressa", concluiu. Do sucesso ou fracasso

dos entendimentos que o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, vem tentando entre os vários grupos do PMDB, em torno da elaboração do mandato do presidente Sarney. Sant'Anna explica: "Se o partido conseguir unidade, conseguir se entender em torno do mandato". A lógica de Sant'Anna é clara, portanto. Se os vários grupos conseguirem o mais difícil, que é chegar a um acordo sobre cada ponto da nova Carta, a posição dos que defendem a convocação da convenção para definir o mandato do presidente Sarney se enfraquece. Quanto mais difícil o acordo em torno da Constituição, mais esse grupo se fortalece.

Sant'Anna não tem muitas esperanças, no entanto, neste acordo. "O presidente Ulysses Guimarães tem trabalhado muito em torno do entendimento amplo, interno, das diversas questões temáticas e sobre os relatórios. Minha impressão é que o entendimento está difícil de ser conseguido." Sobre os esforços do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, com quem as principais lideranças se têm reunido, nos últimos dias, Sant'Anna disse que "o discurso de Covas está ótimo. A ação, vamos ver esta semana".

O líder do governo explicou ainda que os ataques do "centro democrático" contra Covas cessaram por que houve uma contrapartida do próprio líder do PMDB na Constituinte, convidando-o para participar das reuniões e procurando mostrar boa vontade para o entendimento. Sant'Anna também acha que não há porque haver fissuras no partido em função do prazo do mandato do presidente Sarney, ou de outros temas não programáticos. "Não queremos quebrar o partido. A gente se divide em questões não programáticas e que, por isso, não são motivos de decisão do PMDB", disse.

Sant'Anna ainda admite que há uma disputa, por liderança, no partido, entre Ulysses Guimarães e Mário Covas. "Os amigos comuns a ambos tentam uma composição entre eles, mas não é fácil, porque ambos são do mesmo estado e ambos são candidatos a presidente", disse o deputado. Ele acha, ainda, que "toda a unidade do PMDB sempre passou e continuará passando por Ulysses, em que pese as dificuldades com os moderados". Sant'Anna vê, porém, uma única alteração no quadro, a partir da entrada em cena do líder Mário Covas. "Ulysses sempre foi, também, um líder dos progressistas, enquanto hoje, quem lidera este grupo é Covas", resumiu.



Roberto Campos

## "Infelizmente, a Constituinte existe"

por Riomar Trindade do Rio

O senador Roberto Campos (PDS-MT) não está satisfeito com o teor dos debates que vem sendo travados no âmbito das comissões e subcomissões da Assembleia Nacional Constituinte, por considerá-los, em certos casos, ingênuos e até um entrave à solução dos problemas que o País enfrenta. "Infelizmente, a Constituinte existe, deveríamos ter emendado a Constituição atual, pois este trabalho teria sido feito com muito mais facilidade e proveito do que repensar o Brasil num momento difícil, de crise", afirmou Campos, em rápida entrevista, antes de proferir palestra na 56ª Conferência Internacional de Lan, no hotel Sheraton, no Rio.

"Sou a favor de soluções incrementais e imperativas, ao invés de soluções ingênuas", acrescentou Campos, classificando de ingenuidade, em um país com escassez de capital, a postura hostil dos constituintes ao capital estrangeiro. Campos salientou que o atual governo "se estabilizou" pela absoluta incapacidade de planejar — "tanto é assim, que não sabe a dimensão do déficit público", sublinhou — e, apesar disso, "querem tornar preceito constitucional o planejamento". Criticou também os que defendem a reserva de mercado. "Este é um país que cria reservas de mercado generalizadas, que significam cartórios protecionistas e um convite à ineficiência", afirmou.

Em relação à proposta do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), relator da Subcomissão de Finanças, de proibir os bancos estrangeiros de captar depósitos no Brasil (esta proposta acabou não constando do relatório do deputado José Serra, relator da Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças), Roberto Campos foi categórico: "O que os bancos estrangeiros têm depositado aqui, em moeda 'manteiga' brasileira, é muito menos do que os bancos brasileiros têm depositado no exterior, em moeda forte. Os mortos e feridos seriam os bancos brasileiros, nunca os estrangeiros. Até o Banco do Brasil não escaparia", sentenciou.

### GOVERNO

## Chiarelli irá hoje a Bresser propor medidas

por Edson Beú de Brasília

O líder do PFL, Carlos Chiarelli, em companhia da bancada do Senado, mas "em nome pessoal", conforme fez questão de assinalar, apresentará hoje pela manhã ao ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, uma proposta de congelamento de preços e salários por noventa dias. O senador disse que tentará convencer o ministro de que um plano macroeconômico "convencional", num país com uma inflação mensal superior a 20%, só é viável se forem adotadas medidas de choque prévia, como o congelamento.

O senador defende a necessidade de o governo recolocar, com urgência, a inflação e as taxas de juro em "níveis compatíveis" com as relações financeiras do País. No seu entendimento, um "plano global", como o ministro Bresser está elaborando, não altera o atual quadro a curto prazo. Isso, segundo o líder do PFL, acabará inviabilizando as medidas do governo, pelo descrédito da opinião pública. O senador gaúcho reitera que o plano que o ministro da Fazenda apresentará ao presidente José Sarney na próxima semana será "desmoronado" se a inflação não for debelada imediatamente.

O líder do PFL na Câmara dos Deputados, José Lourenço, não quis analisar a proposta de seu companheiro de partido. Mas criticou, afirmando: "Inflação não se controla por decreto".

# Pires: crise pode precipitar diretas

por Carlos Lovizzaro de São Paulo

Diante do quadro político e econômico difícil que o País atravessa, Waldir Pires, governador da Bahia, defende que o PMDB deve assumir um objetivo prioritário — "a promulgação da nova Constituição brasileira". "E preciso eliminar a herança do autoritarismo do regime anterior presente na atual Constituição em vigor", ressaltou durante sua participação no programa Crítica e Auto-crítica, exibido na noite de domingo, na TV Bandeirantes.

Para que a nova Constituição se torne realidade, Pires vê pelo menos dois obstáculos principais a serem superados: a definição do mandato do presidente

José Sarney e a superação da crise econômica.

Quando a duração do mandato presidencial, Pires propõe a retomada da tradição da Constituição de 1946, que fixou o período em cinco anos. "Mas essa é uma definição que cabe à Assembleia Nacional Constituinte", ressaltou.

Pires manifestou-se contra a pressionar os constituintes para que cheguem logo a um acordo sobre a duração do mandato presidencial, criticando tanto a fala do presidente José Sarney, feita tempos atrás na televisão, propondo um prazo de cinco anos para o seu governo, quanto à realização de uma convenção pelo PMDB para levantar uma posição do partido. "Os constituintes devem

ter liberdade para votar de acordo com suas consciências", disse.

O agravamento da crise econômica, na opinião de Pires, poderá precipitar a eleição direta antes de 1989, data que julga mais adequada. "Quanto tempo pode agüentar um País com uma inflação mensal de 23%?", indagou.

Uma situação crítica também poderá, na visão do governador baiano, permitir o surgimento de "aventureiros". Como exemplo, citou o caso do general Mourão Filho, que precipitou o golpe de 1964, quando se decidiu sublevar mesmo sem contar com o consentimento inicial de membros mais importantes das Forças Armadas.

A saída da crise econômi-

ca, para Pires, viabilizar-se-ia se o PMDB assumisse de fato o governo, afastando do poder os membros do PFL, que compõem a Aliança Democrática. "Não existe a Aliança Democrática em meu estado", disse. "Além disso, o PMDB venceu as últimas eleições de ponta a ponta", completou.

A união do PMDB em torno desses objetivos é fundamental para que a estratégia traçada por Pires dê resultados. Ele, no entanto, reconhece que há disputas fortes dentro do partido, em especial entre o senador Mário Covas e o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. "Estou empenhado para que não ocorra a ruptura entre ambos", concluiu.

# Ulysses age contra prorrogação

por Zanoni Antunes de Brasília

Por interferência do próprio presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o relator da Comissão Eleitoral, Partidária e da Garantia das Instituições, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), retirou de seu parecer a proposta de prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores. Segundo Ulysses Guimarães, a proposta "fere o princípio da representatividade e atinge a medula e o cerne do sistema democrático".

O relator Prisco Viana, por sua vez, explicou que fora o presidente da Constituinte e de seu partido consultar se interessava ou não ao PMDB a prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores. Prisco Viana explicou que, diante da negativa de Ulysses Guimarães, resolveu não incluir a prorrogação em seu parecer. Segundo ele, a proposta surgiu na comissão vinda de "alguns constituintes".

O deputado Ulysses Guimarães disse que é contrário à prorrogação de qualquer mandato porque entende que ela fere o princípio da representatividade. "O povo é que pode dar mandato, que pode ti-

## "Que falta faz o Lacerda"

por Zanoni Antunes de Brasília

O jornalista, ex-deputado federal, governador do então Estado da Guanabara e ex-posto da União Democrática Nacional (UDN), Carlos Lacerda, foi lembrado ontem, pela Câmara dos Deputados, durante uma sessão de homenagem pelo 10º aniversário de sua morte. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), vinculada na UDN à corrente liderada por Lacerda, foi a autora da proposta de homenagem. "Que falta ele faz", lamentou

em seu discurso a deputa-

Num clima marcado pelo saudosismo, a sessão de homenagem a Carlos Lacerda reuniu antigos udenistas e alguns dos integrantes do movimento "Frente Ampla", então articulado por Lacerda e que visava, no ano de 1966, uma aliança política na busca da restauração do sistema democrático.

À sessão estiveram presentes familiares e amigos de Carlos Lacerda, correligionários como o atual ministro da Previdência e ex-vice-

governador da Guanabara, Raphael de Almeida Magalhães, o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, os ministros Aluizio Alves (Administração), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), o ministro da Aeronáutica do governo Figueiredo, brigadeiro Délio Jardim de Matos e o governador do Distrito Federal, José Aparecido e Renato Archer, ministro da Ciência e Tecnologia, foi o articulador do encontro, em Lisboa, de Lacerda com o ex-presidente Juscelino Kubitschek para a formação da "Frente Ampla".

rar mandato, fora disso é atingir a medula, o cerne do sistema democrático", afirmou o presidente do PMDB.

Ao afirmar que mesmo que se tenha competência institucional para a prorrogação de mandatos, Ulysses Guimarães alertou que não se deve prorrogar mandato "nem por um minuto" sob pena, segundo explicou, de tornar vitaisícios os mandatos de de-

putados, prefeitos, senadores, "e assim por diante". A prorrogação dos mandatos de vereadores e prefeitos, segundo o que foi noticiado, teria a iniciativa do Palácio do Planalto.

### MANDATO PRESIDENCIAL

"A melhor solução para o País e para o momento atual é o mandato presidencial de cinco anos", voltou a insistir ontem o deputado Ulysses Guimarães.

Na opinião do presidente do PMDB, o mandato de cinco anos para o presidente Sarney deverá ser, ao final dos trabalhos da Constituinte, a inclinação do partido.

"Eu entendo que o meu partido tende a marchar pelo mandato de cinco anos, sem exceção, não só para o presidente José Sarney, mas para todos os presidentes", revelou Ulysses Guimarães.

# Simon vê riscos em campanha

Impor aos constituintes uma posição sobre a duração do mandato presidencial ou o melhor sistema de governo é violentar suas próprias consciências, disse ontem à Agência Globo o governador Pedro Simon (RS), ao reiterar sua posição favorável ao parlamentarismo e ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Embora

ressalvando que a Constituinte dará a "palavra final" a respeito do assunto, Simon admitiu a convocação da convenção nacional do partido apenas para, no máximo, aprovar uma recomendação a seus parlamentares sobre as duas questões. "É muito difícil ao partido impor uma posição a respeito", concluiu.

O governador admitiu que não sabe qual a melhor hora para que o PMDB e a Constituinte se definam sobre os dois assuntos. Mas insistiu em que a fixação do mandato presidencial em quatro anos agora seria o mesmo que "implodir" a Constituinte.

Pedro Simon rejeitou a proposta de prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores por mais dois anos, por não haver lógica

nela. E lembrou que os atuais mandatos já são de seis anos, refutando, também, a tese de que a proposta visa conseguir mais adeptos para os cinco anos de mandato para Sarney. Ele disse que, em todas as conversas que teve com o presidente, essa ideia jamais passou pela sua cabeça.

Empresários da indústria e do comércio se juntaram, hoje, aos deputados estaduais de todos os partidos que estão desde ontem em Brasília, convocados pelo governador Pedro Simon no que está sendo chamado de Frente Gaúcha para pressionar pela não aprovação do relatório da Subcomissão de Tributação e Participação em Receitas da Constituinte. Extremado, o deputado Hélio Mus-

kopf (PMDB) já propôs na Assembleia Legislativa que, em caso de aprovação do relatório, "sem outro caminho, o Rio Grande deve separar-se do Brasil e formar um novo país".

O governador Pedro Simon, que não contou os desejos separatistas do deputado do seu partido, pretende viajar amanhã a Brasília para se unir à Frente Gaúcha. Ontem, viajaram os deputados Selvino Heck (PT), Fips Schneider e Elói Zanella (PFL), Francisco Turra (PDS), Moisés Berlezi e Germano Rigotto (PMDB), além do presidente da assembleia, Almir Lorenzon (também do PMDB). O prefeito da capital, Alceu Collares (PDT), apoiou o movimento "contra as injustiças ao Sul".

FAÇA A SUA ASSINATURA DA  
GAZETA MERCANTIL  
AGORA MESMO! É SÓ DISCAR  
DDD GRATUITO 255 8788  
SISTEMA CALL-FREE  
(011) 800 8788  
Interior e outros Estados